

ATA DA 48ª REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE – COEMA,
REALIZADA EM 11 DE ABRIL
DE 2013.

Aos 11 dias do mês de ABRIL de dois mil e treze, no Auditório da Secretaria Estadual de Meio ambiente - SEMA, sito à Travessa Lomas Valentina, nº 2717, Marco, Belém/PA, realizou-se a 48ª Reunião ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA, sob a Presidência do **Dr. JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES**, Secretário Estadual de Meio Ambiente e com a presença de Conselheiros e convidados: **AMIRALDO DA SILVA PINHEIRO** representante da SESP, **ALBERTO CARDOSO ARRUDA** representante da SECTI, **ELIANA FRANÇA DOS SANTOS ZACCA**, representante da SAGRI, **JOSÉ WATERLOO LOPES LEAL**, representante da ONG/AMOT, **LUIZ AUGUSTO NOGUEIRA MOURA**, representante da FIEPA, **MANUEL IMBIRIBA SARMENTO**, representante da FETAGRI, **ROSA KEILA SOUSA DE SOUSA**, representante da FAEPA, **JOSÉ JACY RIBEIRO AIRES**, representante da FETIPA, **MARCO ANTONIO CARRERA FERREIRA**, representante da SEMA e como convidados: **LÚCIA FRANCISCA PORPINO** - DILAP/SEMA, **KLEBER MENEZES** - representante da empresa Rio Turia, **FELIPE LAVORATO**, representante da Hidrovias do Brasil, **FERNANDA SEQUEIRA**, representante da Procuradoria Geral do Estado do Pará . Dando inicio a 48ª Reunião Ordinária do COEMA: **I-Abertura: Dr. Jose Alberto Colares**: Bom dia a todos. Deixa-me explicar só uma coisa para vocês, nós tínhamos aqui programado no que ocorrer aproveitar a reunião dos conselheiros e fazer aquela reunião prévia de apresentação de um empreendimento, e no caso específico da Alphaville que esta sendo implantado lá em outeiro que vai ser objeto da nossa próxima reunião do COEMA, inclusive nós vamos propor até uma reunião extraordinária, já que esse projeto está em atraso aqui de curso e a gente esta fazendo um trabalho de integração muito grande com a empresa, inclusive com a Prefeitura Municipal, e as instituições de Governo de um programa de integração social com a comunidade de entorno do projeto lá em outeiro, envolve vários aspectos dessa intervenção social e por conta já do tempo que nós temos com esse empreendimento a idéia e a gente fazer ainda em Maio uma reunião extraordinária para apreciação do projeto Alphaville, inclusive das primeiras discussões com relação a esse programa de integração social, e como teríamos hoje essa reunião aqui, e nós ontem tivemos uma conversa entre a empresa e vários órgãos de Governo a idéia era aproveitar a oportunidade de todos os membros do COEMA para a empresa já fazer uma apresentação prévia do empreendimento que será depois objeto da nossa avaliação, e ai como ainda não formou quórum total para a gente fazer a

44 apreciação do parecer da Câmara Técnica com relação ao terminal rodoviário,
45 a gente poderia aproveitar a oportunidade se vocês concordarem de em quinze
46 minutos a Alphaville fazer uma apresentação inicial para todo mundo que a
47 gente já aproveita a presença, eu quero convidar a Giovanna e a Claudia que é
48 a Diretora de negócio, e a Giovanna que também é Diretora da área social do
49 Alphaville para fazer a apresentação do empreendimento. Agora uma pequena
50 apresentação do empreendimento Alphaville. **Dr. Colares:** Não estava na
51 nossa pauta, e como nós não tínhamos quórum, e a empresa solicitou para nós
52 uma oportunidade de aproveitar aqui a reunião do COEMA e fazer aqui uma
53 apresentação prévia do empreendimento, nós vamos marcar uma reunião
54 extraordinária para apreciação do projeto Alphaville, e como ontem a gente
55 passou o dia conversando a respeito sobre esses programas de integração
56 com a comunidade local com o empreendimento com os órgãos da Prefeitura
57 municipal, a gente aproveitou a oportunidade para que apresentasse aqui para
58 os senhores, como deu atraso no quórum à gente adiantou a apresentação do
59 empreendimento já para a nossa futura discussão, mas eu preferia que as
60 discussões fossem rápidas para a gente voltar a nossa pauta, Moura, por favor.
61 **Dr. Moura:** Bom dia, Luis Moura FIEPA, eu só gostaria de saber quais são os
62 programas para integrar esse projeto Alphaville com os programas de
63 transporte público e de coleta e destinação de resíduos sólidos? **Sra.**
64 **Giovanna:** O que a Alphaville faz normalmente é uma parceria com o poder
65 público, e com relação a resíduos sólidos é inclusive previsto em resolução é
66 um dos primeiros itens que a gente ver é aquela questão de viabilidade, e com
67 relação a transporte o que a gente faz é fazer um estudo junto com a Prefeitura
68 para poder identificar quais são as linhas que existem e quais as outras que
69 podem beneficiar, a gente sabe já que existem algumas comunidades que tem
70 deficiência na questão de transporte público, Fama, Tucumaera conversaram
71 com a gente, e nós já começamos a conversar com a Prefeitura, na Prefeitura
72 tramita também um EIVE que é uma obrigação no âmbito municipal que trata
73 da questão de transporte, a gente esta em fase de ajuste com a Prefeitura para
74 poder fazer isso, tramita o senhor tem toda razão são dois itens
75 superimportantes, mas corre junto à Prefeitura a gente tem viabilidade para
76 coleta e a questão de transporte, o nosso impacto a gente vai ver como faz
77 para ter algum auxílio, e a gente já esta colocando junto à Prefeitura, ontem
78 nós tivemos uma reunião com o Secretário e um dos temas que ele levantou
79 tanto na reunião da manhã quanto da tarde, foi que eles estão finalizando a
80 análise do nosso estudo e que devem pedir algum tipo de contrapartida que
81 não só beneficie o Alphaville, mas que também possa ter reflexo para a
82 comunidade, mas a gente esta aguardando a posição da prefeitura. **Dr.**
83 **Colares:** Inclusive isso, a SESAN, SAEB e a SEURB, vão tratar de fechar um
84 programa para discutir juntamente todos esses pontos com o empreendimento,
85 verificando a área de entorno. **Dr. Leal:** Bom dia, eu sou o José Leal,
86 conselheiro representando a associação dos mineradores de ouro do Tapajós,
87 que é a ONG que participa desse conselho, eu quero adiantar Presidente que

88 eu neste dia também estou representando o Conselho regional de engenharia
89 e agronomia do estado do Pará, na qualidade de conselheiro e indicado pelo
90 Presidente para fazer presente, representando o CREA-Pará, eu gostaria
91 primeiro Presidente entender que parece que a Alphaville esse projeto sem
92 ainda conhecer os detalhes, mas ele esta preocupado em fazer ações que
93 sempre tem sido dita aqui que são ações de Governo, mas que eles entendem
94 que como eles estão aqui e de alguma forma vão impactar, eles se antecipam
95 e apresentam sugestões e ações que descaracterizam posições até de
96 próprios conselheiros nossos que entendem que são puramente ações de
97 governo, eu acho que eles estão corretos, e segundo eu gostaria de alertá-los
98 que como conselheiro do CREA e conselheiro deste Conselho Estadual de
99 Meio Ambiente o problema de responsabilidade técnica, nós temos trabalhado
100 esse assunto aqui dentro, vocês são originários de outro Estado, obviamente
101 parte do corpo técnico de vocês deve e não tem nenhum problema enquanto a
102 isso, sei que os estados precisam estar perfeitamente regularizados e
103 legalizados aqui dentro do Pará é um assunto que eu anticipo e vou cobrar
104 muito obrigado! **Dr. colares:** Se não tiver nenhum outro questionamento? Eu
105 acho que foi bem proveitoso porque a gente depois vai fazer uma avaliação se
106 a gente faz outra avaliação bem mais detalhada, antes da nossa reunião, ai a
107 gente conversa com vocês e o tempo também que a gente avança nas
108 negociações com os órgãos da Prefeitura com relação ao fechamento do nosso
109 programa social, e a gente volta em outra oportunidade ou antecipadamente,
110 ou já marcando a reunião, que em principio seria para a primeira semana de
111 Maio e teria que ter tempo de encaminhar o projeto para as Câmaras Técnicas,
112 está bom? Mas eu agradeço a oportunidade. **Sra. Giovanna:** Eu agradeço a
113 oportunidade e só aproveitar a preocupação do conselheiro do CREA, eu acho
114 que uma coisa que a gente não colocou, mas que a Alphaville trabalha. A
115 equipe da Alphaville que vem de São Paulo ela é reduzida a gente tem o
116 pessoal da engenharia aqui, e a gente trabalha bastante com as pessoas
117 locais, inclusive nossos contratos tem percentuais estabelecidas, desde que a
118 pessoa comprove que não tem como contratar o local, mas a gente tem
119 percentual mínimo de contrato, a gente faz questão de trabalhar com pessoas
120 locais, é o comando só que fica com vinculo em São Paulo o restante fica aqui
121 e a anotação de responsabilidade técnica é um dos pré-requisitos da gente,
122 mas assim queria colocar que a gente trabalha bastante para aproveitar a mão
123 de obra local e as empresas locais, isso faz parte, e a gente entende que é a
124 distribuição de capital e de riqueza que a gente pode trazer durante a fase de
125 implantação, isso é levado muito a sério para a gente, inclusive as consultorias
126 quando a gente traz alguém de fora os consultores que fazem o fisco são
127 pessoas que trabalham e conhecem a realidade local, tanto para o meio
128 ambiente quanto para a construção civil, eu queria agradecer o Secretário a
129 oportunidade para a gente poder apresentar aqui hoje. **Dr. Colares:** Muito
130 obrigado. Pessoal vamos voltar a nossa quadragésima oitava reunião do
131 COEMA que tem como pauta a apreciação do parecer da Câmara Técnica de

132 projetos industriais e infraestruturais, com relação ao Projeto da Estação de
133 Transbordo de Cargas da HBSE da Hidrovias do Brasil S/A a ser localizado no
134 distrito de Miritituba. Antes de a gente apreciar, antes de a gente ouvir o parecer
135 da Câmara Técnica, uma vez que o projeto já foi exposto para todos os
136 senhores em reuniões anteriores com empreendedores, à gente tem que
137 cumprir aquele procedimento de sempre com relação à ATA da reunião
138 anterior, as ATAS da quinquagésima primeira reunião extraordinária do
139 COEMA que foram encaminhadas, se alguém tiver alguma solicitação de
140 esclarecimento e autorização, por favor, se manifeste ou nos aprovamos a ATA
141 e já encaminhamos aos senhores. **Sr. Rui Lima:** Eu sou engenheiro florestal
142 autônomo, eu queria fazer uma pergunta para a última expositora, mas ela não
143 se encontra. **Dr. Colares:** Não, alias a apresentação que foi feita foi uma
144 apresentação informal, não estava nem previsto aqui, mas eles já se retiraram.
145 Bom não tendo nenhuma alteração com relação às duas ATAS, elas estão por
146 unanimidade aprovadas. A partir de agora eu passo a palavra ao representante
147 da câmara técnica para expor o voto com relação à apreciação do projeto da
148 Estação de Transbordo de Cargas da Hidrovias do Brasil S/A Tapajós no
149 distrito de Miritituba, por favor, Moura. **Dr. Moura:** Bom dia novamente, eu
150 queria pedir perdão a minha voz hoje esta fugindo, vou pedir ao nosso
151 companheiro Amiraldo ler o parecer e o voto, por favor. **Dr. Amiraldo:** Bom dia
152 a todos, os componentes da Câmara Técnica permanente de projetos
153 industriais e infraestrutura representante da FIEPA, SECTI, SESPA e da
154 FETIPA, vamos ler o parecer. DO PARECER Com base na análise dos
155 documentos apresentados pela empresa HIDROVIAS DO BRASIL –
156 MIRITITUBA S.A., respaldados pelos Pareceres Técnico e Jurídico emitidos
157 pelas equipes da SEMA, consideramos pertinente o pleito do processo em
158 questão, sobre o qual tecemos os seguintes comentários: Considerando o
159 possível aumento da demanda por serviços de saúde pública na região,
160 potencializada pela intensificação do fluxo migratório, gerando incremento
161 populacional relacionado às diferentes etapas da implantação do
162 empreendimento; Considerando os precários indicadores socioeconômicos
163 descritos no EIA-RIMA, que tem como principal consequência à exposição da
164 população aos diversos riscos de adoecimento, seja a agravos transmissíveis
165 ou não; Considerando que além de condicionantes já existentes, como o
166 precário abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo e um
167 sistema educacional também deficiente, que ainda vão se somar prováveis
168 riscos como contaminação do solo, do ar ou da água e geração de
169 ruídos; Considerando a elevada receptividade da região para agravos
170 transmissíveis por vetores, principalmente Malária, Leishmaniose Tegumentar
171 e Dengue que com a mobilidade populacional pode tornar o local mais
172 vulnerável (maior circulação dos agentes etiológicos causadores dessas
173 doenças). Considerando, devido à natureza da atividade, que haverá um
174 incremento da população masculina, contribuindo para o incremento de
175 práticas sociais indesejáveis como práticas de prostituição e exploração sexual

176 infante-juvenil; Considerando que a infraestrutura de saúde do Município
177 destina-se principalmente a atendimentos básicos, mostrando-se no limite,
178 inclusive para atender a população local. Vimos sugerir as seguintes
179 recomendações como forma de prevenir ou preparar o sistema de
180 infraestrutura social e de segurança pública para um atendimento efetivo frente
181 aos agravos prevalentes na região, de forma acordada entre empreendedor,
182 Estado e Município, integrando o planejamento conjunto, e a parceria de
183 investimentos proposto para a região: Buscar a cobertura completa da rede de
184 Atenção Primária e a organização dos atendimentos de média e alta
185 complexidade, inclusive com a definição das referências municipais e regionais
186 de acordo com os perfis de risco previstos e ou constatados; Promover
187 capacitações aos profissionais da rede de serviços desde as equipes de saúde
188 da família, passando pelas unidades básicas até as unidades de maior
189 complexidade com envolvimento de todas as categorias com objetivo de
190 preparar o sistema de saúde local para o processo de Prevenção, Vigilância e
191 Atenção à Saúde conforme o perfil epidemiológico, demográfico, social,
192 econômico e ambiental vigentes e previstos pelos estudos no município;
193 Promover conforme os diagnósticos realizados, se necessário, a ampliação,
194 reforma e dotação de equipamentos da rede física de saúde do Município de
195 Itaituba de acordo com o perfil definido durante as capacitações; Integrar o
196 programa de investimentos sociais e estruturais, público/privado, a ser
197 executado em parceria com o Estado, Município e a Associação dos Terminais
198 Portuários de Uso Privativo e das Estações de Transbordo de Cargas da
199 Hidrovia Tapajós-ATAP, visando atender preventivamente o incremento da
200 demanda de infraestrutura e política pública decorrente do impacto atrativo da
201 implantação dos empreendimentos portuários no município tendo como
202 prioridade, dentre outras a: Elaboração do Plano Diretor de ocupação da área
203 de impacto direto dos empreendimentos abrangendo a localidade de Miritituba
204 e da sede municipal de Itaituba; Implantação de programa de organização e
205 recepção migratória; Implantação de programa diversificado de treinamento e
206 formação de mão de obra, tendo em vista a cadeia de negócios decorrentes
207 desses empreendimentos; Implantação de programa de dinamização de
208 fornecedores locais; Implantação de programa de investimentos de
209 infraestrutura e serviços sociais básicos; Implantação de programa
210 dinamização da produção local de agricultura, pecuária e piscicultura, visando
211 a alcançar o suprimento de produtos para o mercado regional. O devido
212 acompanhamento da implementação dos Programas abaixo relacionados:
213 Programa de controle da poluição de movimentação de cargas; Programa de
214 Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Programa de Controle de Efluentes;
215 Programa de Controle de emissões atmosféricas; Programa de Controle de
216 Ruídos; Programa de Monitoramento da Qualidade da Água, sedimentos
217 Límnicos e Efluentes Líquidos; Plano de Emergência. Na prática esses
218 programas devem ser objeto de análises regulares realizadas conjuntamente
219 entre o empreendedor e a Secretaria Estadual de Saúde do Pará e municipal

220 de Saúde de Itaituba, onde se avaliarão os possíveis efeitos epidemiológicos
221 (morbidade e mortalidade) decorrentes desses riscos. Dessa forma as fontes
222 de dados a serem utilizadas serão: O Sistema Informação de Mortalidade –
223 SIM; o Sistema de Informações Hospitalares – SIH; o Sistema de Informações
224 Ambulatoriais – SIA; e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação –
225 SINAN. A partir dos resultados de cada análise, caso constatadas alterações
226 epidemiológicas nas séries históricas levantadas e que as mesmas tenham
227 relação com os riscos decorrentes da operacionalização do empreendimento,
228 que haja uma pactuação entre os entes públicos e a empresa no sentido de
229 proposições mitigadoras sobre os problemas detectados, com definição de
230 responsabilidades sobre o financiamento e a execução das atividades
231 necessárias a serem desenvolvidas para a solução dos problemas. Além disso,
232 vimos sugerir um programa não contemplado dentre aqueles propostos pelo
233 empreendedor, isto é: Programa: programa de combate à prostituição e
234 prevenção à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis- DST. Que
235 tem objetivo: promover a saúde, a segurança e o bem- estar, bem como
236 mobilizar diversos atores sociais em torno do combate mais eficaz à exploração
237 sexual de crianças e adolescentes e às doenças sexualmente transmissíveis.
238 Responsável: Hidrovias do Brasil-Miritituba S.A/SESPA /Prefeitura de Itaituba.
239 Ressalta-se a importância do empreendimento no município de Miritituba,
240 Estado do Pará, contribuindo com a economia local, com o processo de
241 desenvolvimento econômico pautado em bases sustentáveis e gerando novas
242 oportunidades na região. Por fim, esta Câmara Técnica endossa os pareceres
243 da equipe técnica e jurídica que concluem que o EIA/RIMA apresentado pela
244 empresa HIDROVIAS DO BRASIL – MIRITITUBA S.A. atende os itens
245 relacionados aos requisitos técnicos e legais, a legislação vigente,
246 considerando as observações apontadas em cada um dos pareceres e as
247 considerações desta Câmara Técnica. Do voto: Senhor Presidente, Senhores
248 Conselheiros, a Câmara Técnica Permanente de Projetos Industriais e
249 Infraestrutura, após análise do pleito da empresa HIDROVIAS DO BRASIL –
250 MIRITITUBA S.A. e considerando ser o empreendimento de relevância para o
251 desenvolvimento econômico do Estado do Pará, podendo ser sustentável do
252 ponto de vista social e ambiental, desde que a empresa cumpra as
253 observações estabelecidas nos pareceres da SEMA. Assim, esta Câmara
254 Técnica se manifesta favorável à concessão da Licença Ambiental prévia
255 pleiteada pela empresa HIDROVIAS DO BRASIL – MIRITITUBA S.A. CÂMARA
256 TÉCNICA PERMANENTE DE PROJETOS INDUSTRIAIS E
257 INFRAESTRUTURA. José Conrado Azevedo Santos (FIEPA) Presidente,
258 Alberto Cardoso Arruda (SECT) Membro, Amiraldo da Silva Pinheiro (SESPA),
259 Membro, José Jacy Ribeiro Aires (FETIPA) Membro. **Dr. Colares:** Vou colocar
260 a apreciação e manifestação dos conselheiros e eu já me escrevo para me
261 manifestar em relação ao parecer. Eu queria chamar a atenção que do parecer
262 que a gente veio aqui à gente dê muita atenção e é claro em especial ao
263 Amiraldo, ele é da área de saúde pública, então todas as preocupações ela

264 vem convergir especialmente para a saúde que não é de se desconsiderar,
265 mas acho, viu Amiraldo, Moura, poderíamos ajustar isso aqui até porque eu
266 quero demarcar aqui a nossa preocupação com relação ao programa de
267 investimento público privado que vai ficar sob a responsabilidade do Estado e a
268 Associação dos Empreendedores de Miritituba com relação aos investimentos
269 preventivos do ponto de vista infraestrutural de acesso inclusive de estrutura de
270 atenção para o próprio funcionamento portuário mais de investimento social de
271 prevenção com relação à organização migratória e de formação diversificada
272 de mão de obra, por exemplo, foi um dos pontos que a gente veio discutir.
273 Então acho que sem desconsiderar os pontos relativos especialmente da
274 saúde pública, chamo atenção inclusive da segurança pública, não falamos um
275 ponto da segurança pública. A minha sugestão, Moura! Sugerir uma mudança
276 na redação, por exemplo: quando nós dissemos assim “Vimos sugerir as
277 seguintes recomendações como forma de prevenir ou preparar o sistema de
278 saúde para o atendimento efetivo frente aos agravos” acho que fica englobada
279 também a saúde se a gente disser: “fica sugerido as seguintes recomendações
280 como prova de prevenir ou preparar o sistema público estadual e municipal de
281 infraestrutura social e de Segurança Pública com a participação da empresa e
282 aí incluiria na recomendação, além da recomendação que está aqui no ponto
283 de vista da saúde, mais propriamente, incluiria o programa, recomendar como
284 condicionante porque os programas que estão citados aqui são programas
285 diretamente relacionados ao empreendimento que já faz parte do condicionante
286 da nossa fiscalização e monitoramento. É o programa do controle de punição,
287 do gerenciamento de resíduo, controle de efluentes. Isso é para o
288 empreendimento, é inerente do próprio empreendimento, já faz parte do
289 programa. Incluiria como condicionantes os seguintes termos que eu coloco
290 para a apreciação: “Integrar” porque nós vamos exigir para todos os
291 empreendimentos que a gente aprovar aqui relativo a Miritituba, a obrigação de
292 todos esses empreendimentos integrar o programa público, privado, com a
293 participação do Município, do Estado e dos empreendedores com relação a
294 aqueles investimentos preventivos. Então é só para vocês avaliarem. Eu
295 integraria como condicionante, integrar o programa de investimentos sociais e
296 infraestruturais público, privado a ser executado em parceria com Estado,
297 Município e a Associação dos Empreendedores Portuários de Miritituba, ou
298 seja, Associação dos Terminais Portuários de uso privativo e da Estações de
299 Transbordo e de Cargas da Hidrovia do Tapajós – ATAP, visando atender
300 preventivamente o incremento de demanda de infraestrutura e política pública
301 decorrente do impacto atrativo da implantação dos portos no Município
302 priorizando, tendo como prioridades entre outros: I. Plano Diretor de Ocupação
303 Portuária que já faz parte da nova negociação que a associação inclusive está
304 refazendo o plano diretor da área de impacto direto dos empreendimentos;
305 Programa de Organização e Recepção Migratória, nós temos que ter um
306 preparo entre os Municípios, os Estados e empreendedores com relação a
307 migração migratória que já está acontecendo em Itaituba; Programa de

308 Formação Diversificada de Treinamento e Formação de Mão de Obra, tendo
309 em vista a cadeia de negócios dos empreendimentos a serem implantados
310 porque não é só a formação de mão de obra de quem vai trabalhar no
311 empreendimento, é o frentista, é o embarcado marítimo, é o embarcado da
312 frota de comboio, é a hotelaria, são os fornecedores de produtos e etc.
313 Programa de Apoio e Incentivo ao Fornecedor Local; Programa de
314 Infraestrutura e de Serviços Sociais Básicos, e aí é discutir com a Prefeitura,
315 com os Município, e o Estado com relação a segurança pública, com relação
316 ao acesso lá na área do porto, com relação a energia, com relação aos
317 programas de saneamentos básicos, de vias urbanas que a gente está em
318 negociação, dentre outros. Eu acho que a gente prioriza aí cobre a
319 preocupação da saúde, da educação e a gente coloca isso aqui como
320 condicionante. Volto a afirmar para todo mundo o meu compromisso como
321 todos os conselheiros, eu tenho firmado sempre e tenho discutido com a
322 Associação dos Empreendedores. A Secretaria de Meio Ambiente do Estado
323 não vai aprovar por indicação dela nenhum empreendimento em Miritituba. Não
324 vai aprovar a LO porque a LP nós estamos aprovando aí não tem como a gente
325 segurar isso, até porque não temos como exigir compromisso do
326 empreendedor se a gente não aprova a LP local, mas do ponto de vista de
327 operação nós não vamos aprovar nenhum empreendimento se não estiver
328 concreto a realização desse compromisso público, privado. Nós não podemos
329 transformar Miritituba num distrito industrial de Barcarena, que até hoje tem
330 passiva, até hoje nós estamos com agravante de discussão de mobilização e a
331 pressão que está em cima de nós. É o entendimento que a gente já vem tendo
332 com a associação, nós já temos tanto, com mais uns arranca, para lá e para
333 cá, mas a associação tem sido sensível com relação a esse projeto, nós não
334 podemos barrar a licença de localização porque seria também uma
335 irracionalidade, até porque como eu falei o empreendedor só vai comprometer
336 recurso se ele tiver autorização para fazer, mas nós vamos condicionar isso
337 aos próximos licenciamentos de instalação. Porque não adianta a gente dar o
338 licenciamento de instalação se não estiver previsto a solução dada à
339 acessibilidade, aos terminais, a energia e ao compromisso de recepção de um
340 município que não tem três mil ligações de água para uma população de cem
341 mil habitantes, que mais quase oitenta por cento de sua população não tem
342 formação para sequer trabalhar nesses empreendimentos e acho que temos
343 uma cadeia extraordinária sob o ponto de vista de negócio por esses portos
344 viabilizados em Miritituba, que nós vamos transformar fornecedores locais, o
345 mercado de trabalho e etc. E a gente precisa dar clareza para a sociedade com
346 relação a isso. Então é essa a minha proposição de incluir no texto um
347 condicionante e ajustar aí porque é uma forma, como não dá para a gente dizer
348 que a empresa, só ela vai fazer, ela não vai fazer sozinha, ela vai estar na
349 associação então a ideia é que a gente repita em todas as LPs dos portos de
350 Miritituba esse condicionante para ajustar aqui os empreendedores na
351 associação converse com o Estado e com o Município com relação a essas

352 preocupações de investimentos preventivos. **Dr. Luiz Moura:** Com licença, eu
353 acho que ainda estou com a palavra. Concordo com a sua posição e queria
354 colocar dois pontos fundamentais. Primeiro esse nosso parecer e voto foram
355 encaminhados no dia oito, sexta feira passada para cá, como nos pede
356 também uma rapidez na elaboração do nosso parecer e voto, eu gostaria
357 também que as sugestões de alteração do texto fossem encaminhados com
358 antecedência para o comitê de trabalho. Eu concordo com a sua sugestão no
359 que diz. Segundo: Não fizemos nenhuma alteração, nenhuma citação sobre a
360 associação dos empresários porque até hoje a Câmara Técnica não recebeu
361 um documento que falasse sobre a instalação, funcionamento e quais os
362 propósitos dessa associação. Nós não recebemos até agora nenhuma
363 informação, como não recebemos até agora nenhuma informação sobre o
364 grupo de trabalho do planejamento territorial daquela área. Então sem
365 informação a gente não pode nem fazer citação, nós não temos como e nem
366 elementos para fazer isso. **Dr. Colares:** Moura você tem razão, só para lhe
367 explicar, porque quando nós aprovamos o projeto anterior que foi o da Rio
368 Turia a gente já tinha colocado na condicionante, essa condicionante
369 relacionado ao compromisso, mas de fato, com relação a alteração eu estou
370 propondo a alteração agora, então a gente vai escrever e volta para os
371 senhores só para fazer a inserção. Agora eu aproveitei antes da palavra a
372 Eliana e ao Carrera, eu vou dar a palavra para o Kleber Menezes que é um
373 representante da associação e ele explica que a formação da associação se
374 deu nesses últimos dias e inclusive já relacionada à contratação do plano
375 diretor e ele pode já antecipar algumas dessas iniciativas da associação e
376 oficialmente, encaminhar oficialmente ao conselho a formação da associação
377 com seus propósitos e seus objetivos para que a gente insira já a associação
378 como interlocutora dessa discussão aqui com relação aos investimentos
379 preventivos na região. **Dr. Kleber Menezes:** Senhor secretário, senhores
380 membros do COEMA, senhoras e senhores. Primeiramente em nome da
381 Associação dos Terminais Portuários de uso privativo e das Estações de
382 Transbordo de Cargas da Hidrovia Tapajós nós queremos agradecer a
383 anuência da SEMA e do COEMA para o licenciamento de mais um
384 empreendimento dos nossos associados. Eu já falei da última vez que
385 discutimos a última LP aqui no nosso COEMA que foi a LP do Terminal
386 Portuários de uso privativo também da Hidrovias do Brasil em Barcarena, nós
387 fizemos uma apresentação ainda informal da associação dos terminais. O
388 conselheiro Moura tem razão, nós deveríamos ter feito uma apresentação
389 formal não apenas ao COEMA e também a SEMA, mas infelizmente a nossa
390 burocracia brasileira ela é inadmissível. Nós constituímos essa associação no
391 dia doze de novembro e apenas esta semana nós conseguimos tirar o CNPJ,
392 nós tivemos que cumprir todos os ritos burocráticos de publicação, de editais,
393 de registros de estatutos, registros de ATA, junta comercial, Secretaria de
394 Urbanismo para ver localização em fim, todo mérito que instituições precisam
395 seguir sem contar que nós estávamos vivendo um período de – perdão não é

396 Novembro foi Dezembro, nós estávamos vivendo um período de natal e ano
397 novo em fim, mas a Associação já está constituída, nós somos nove membros
398 fundadores e temos agora dez membros efetivos, nossa próxima assembleia
399 será no dia dezessete, nós vamos agregar mais alguns membros e tenho uma
400 notícia para lhes informar, já existe uma proposta de que essa associação não
401 se restrinja apenas a Hidrovia Tapajós, mas à Amazônia oriental para que nós
402 possamos agregar não apenas a Hidrovia do Tapajós ,mas a Hidrovia do
403 Tocantins e o Estuário do rio Pará que o grande receptor das cargas que nós
404 estaremos transbordando tanto em Miritituba como em Imperatriz, como em
405 Barcarena. Quer dizer, todas essas cargas nessas estações de transbordo de
406 carga notadamente essas que nós estamos falando aqui elas vão recepcionar
407 as cargas que vêm de outras produtoras, tato a carga do agronegócio como as
408 demais cargas agregadas como fertilizantes, como contêineres e tudo mais,
409 mas tanto o ponto de recepção da importação ou o ponto de recepção para a
410 exportação será ou o Rio Pará em Vila do Conde, ou Santarém no Tapajós, ou
411 em Santana no Amapá. Então nós entendemos que ficaria sem sentido nós
412 estarmos nos preocupando tão somente com a demanda no Tapajós quando
413 nós sabemos que nós temos demanda em todas as outras áreas. A associação
414 ela foi constituída quase como uma provocação do próprio Secretário, tanto é
415 que ele é o nosso primeiro associado honorário, porque realmente nós
416 entendemos que seria quase um despropósito, cada empreendedor aqui, tomar
417 de Perse as suas atitudes as suas atividades, as suas ações mitigadoras
418 compensatórias. Muitas delas poderiam estar na mesma direção, mas
419 poderiam estar em sentido contrário e o resultado ser até desastroso. Essa
420 associação começa muito forte, os nossos associados são empresas de
421 grandes portes e nós entendemos que a soma desses esforços terá condições
422 de dar a resposta que a sociedade, tanto de Miritituba como de Barcarena,
423 como da região de Tocantins estão a nos exigir. Nós vimos recentemente à
424 apresentação do projeto da Alphaville, foi um projeto realmente muito
425 interessante, eu não o conhecia, digamos assim, a profundidade das ações que
426 eles adotam, o Leal falou muito bem, mas a gente também entende, existe
427 sempre aquela discussão de aonde vai o papel do poder público e até onde vai
428 o papel da iniciativa privada. Nós não tivemos arranca rabo Secretário, nós
429 tivemos que ouvir, talvez até de uma forma um pouco dura àquilo que nós já
430 sabemos que temos que fazer, mas uma coisa a gente tem que colocar para os
431 senhores de uma forma muito clara. A reunião que nós tivemos com o Governo
432 do Estado, nós tínhamos uma linha de ação e essa linha de ação, apesar das
433 circunstâncias, eu vou querer um segundo para concluir sobre essas
434 circunstâncias, nós estamos cumprindo na íntegra. Nós temos uma proposição
435 de um plano de controle ambiental integrado. A empresa AMBIENTARE já foi
436 contratada para fazer o plano de controle ambiental integrado de todas as
437 empresas que estão se instalando no distrito industrial de Miritituba. Então
438 teremos um único interlocutor e a SEMA também, e ela falará em nome de
439 todos os empreendimentos que ali estão claro que alguns planos de controles

440 foram intrínsecos de cada empreendimento, e a empresa terá que fazer ou com
441 a AMBIENTARE ou até com um terceiro, mas a gestão integrada do complexo
442 portuário estará a cargo da AMBIENTARE que já foi contratada para este fim
443 através de processo licitatório e tudo mais. A outra questão seria a proposição
444 de uma agenda mínima e ficou decidido naquela reunião Secretário que essa
445 agenda mínima ela não poderia vir antes de se ter um plano de
446 desenvolvimento para aquela região, então ficou pactuado que a associação
447 deveria contratar como já contratou. Dia dezessete nós estamos tendo a
448 segunda assembleia da Associação, dia dezessete desse mês vamos celebrar
449 o contrato com a empresa que vai fazer o plano, na verdade ela vai fazer o
450 plano diretor do distrito industrial de Miritituba e a atualização do plano diretor
451 do Município de Itaituba, ou seja, nós vamos fazer o que nunca foi feito e
452 vamos atualizar o que já havia sido feito. A partir da conclusão deste plano, nós
453 imaginamos o previsto são cento e cinquenta dias, nós vamos ter, aí sim, a
454 radiografia do que nós precisamos fazer se precisa ser feito uma UPA, se
455 precisa ser feito um pequeno posto de saúde, se precisa fazer um posto de
456 serviço da polícia isto tudo vai estar contemplado no edital, mas uma coisa eu
457 gostaria de registrar antes de brigar com o Estado do Pará, o Estado está
458 fazendo a sua parte no sentido de atender as demandas. Hoje nós já temos a
459 construção de um hospital regional em Itaituba e ela veio como uma resposta
460 do Estado a essa pressão antrópica que nós vamos ter, provavelmente ele iria
461 acontecer, mas talvez não nessa velocidade. Então a construção e a produção
462 de uma boa e significativa quantidade de recursos do serviço público do Estado
463 para um Hospital regional já é uma resposta do Estado a essa demanda. Nós
464 temos também, foi publicado o edital da construção de um bom colégio
465 estadual também em Miritituba pela SEDUC com Fundo Nacional da
466 Educação. Algumas ações já estão sendo adotadas pelo Estado, agora existe
467 uma coisa Secretário, que naquela reunião nossa não foi cumprida pelo Estado
468 e isso está nos preocupando muito, porque se nós não tivermos o apoio do
469 Estado aos nossos empreendimentos nada do que está sendo licenciado aqui
470 acontecerá. Nós havíamos combinado naquela reunião que nós iríamos sentar
471 com os Secretários especiais de infraestrutura e de desenvolvimento ao
472 incentivo a produção para discutirmos uma forma de sensibilizarmos a bancada
473 política do Pará para que nós promovêssemos uma emenda, essa medida
474 provisória cinco nove cinco. Essa medida provisória que foi publicada no dia
475 seis de dezembro e que tem um belo propósito que é fazer destravar o setor
476 portuário brasileiro. Realmente esse Brasil é um país muito grande, o remédio
477 que se dá para o Sul pode se tornar veneno para o Norte ou vice e versa. No
478 nosso caso, quase que invariavelmente, o Brasil só se volta para o Brasil rico e
479 não vê as prerrogativas, não vê as anuências, não vê as peculiaridades do
480 Brasil pobre. A medida provisória ela simplesmente estabelece que esse é o
481 chamado “ato do príncipe”, ou fato do príncipe. Você tinha uma legislação
482 portuária que permitia que dentro da área dos portos organizados, você poderia
483 ter terminais privativos, e a argumentação é óbvia, não porque agora existe

484 inteligência e em mil novecentos e noventa e três não havia. Barcarena, por
485 exemplo, e um grande distrito portuário, tem recursos públicos que foram
486 colocados lá para fazer infraestrutura de energia elétrica, hospitais, escolas,
487 tudo por quê? Porque é uma área nobre, é uma área que tem uma frente
488 acostada com profundidade adequada, tem uma retro-área que existe uma
489 questão fundiária resolvida, ou seja, existe toda uma infraestrutura. Aquilo é um
490 distrito industrial portuário, é o complexo industrial portuário de Vila do Conde,
491 então, dentro daquela área que foi uma área definida no ato do poder público,
492 exatamente por ser uma área nobre e o poder permitia que muitos
493 investimentos e empreendimentos acontecessem se permitia que sendo
494 detentor do domínio útil, ou seja, sendo dono do terreno você podia fazer
495 portos. E aí surgiu o TERFRON que eu sou o diretor, a ÍMERIS e o Capim
496 Caulim, Pará Pigmento além do Porto Público da CDP, e hoje existem diversos
497 empreendimentos portuários em licenciamento como é caso da Hidrovias do
498 Brasil, como é o caso da Gás Pará, como é o caso da Buritirama, como é o
499 caso da USIPAR que hoje estão impedidos por essa medida provisória de
500 acontecer. Nós discutimos isso com o Governo do Pará, pedimos o apoio do
501 Governo do Pará e lamentavelmente ficaram em silêncio e não estão apoiando
502 nisso. Essa medida está em discussão no congresso e nós estamos
503 aguardando que o Governo do Pará, se pretende que realmente a gente se
504 estabeleça aqui, precisa dar uma resposta a essa nossa demanda porque
505 senão nós só vamos ter o terminal da “Bunge”, e aí nós vamos ter um belo
506 Hospital em Miritituba, nós vamos ter uma bela escola estadual de educação
507 em Miritituba, mas certamente nós não teremos um empreendimento e o
508 desenvolvimento que a gente espera para Miritituba. Claro que aí também não
509 vai ter demanda, não vai ter fluxo antropico à gente permanece a Amazônia da
510 forma que está. Desculpe, não é um desabafo Secretário, eu gostaria que
511 deixassem registrado isso porque nós imaginamos que estamos dando a
512 resposta que o Estado espera de nós, mas até o momento existe essa
513 inadimplência e ela é capital para que a gente possa desenvolver a atividade
514 portuária do Estado do Pará. Desculpa, não foi nem um discurso, uma palestra,
515 mas agradeço o tempo que me foi oferecido, obrigado. **Dr. Colares:** Registro,
516 aliás, lembro bem que a minha opinião a respeito era que a gente tivesse uma
517 comissão do Estado para recepcionar todos os empreendimentos portuários do
518 estado, seria uma interlocutora desses empreendimentos e da cadeia de
519 negócios delas decorrente para a gente ter dimensão disso. Acho também que
520 essa infraestrutura ela merece do ponto de vista do Estado um regime especial
521 que vá do regime de organização especial a regime fiscal inclusive, porque
522 uma cadeia que envolve a construção naval, que envolve o agronegócio, que
523 envolve o negócio decorrente da distribuição de combustível, da carga geral, é
524 todo um conjunto e, envolve fornecedores locais, o rearranjo da economia com
525 base na logística hidroviária e aí como citastes, não é só o caso do Tapajós, de
526 Santarém, aqui e o Tocantins. E isso a gente precisa ter noção, e tem aqui a
527 área do capim e a Amazônia. Eu acho que isso é importantíssimo e que o

528 Estado deve intermediar esse conjunto de interesse e eu estava lá presente
529 quando foi dada essa sugestão. Eu vou transmitir essa preocupação, uma vez
530 que como Secretário de Meio Ambiente eu tenho que tratar é daqui do
531 licenciamento que não é fácil, mas está registrado o apelo com e a reclamação
532 **Dra. Eliana Zacca:** Bom dia a todos! Secretário, em primeiro lugar eu quero até
533 dizer que as considerações que eu iria fazer, muitas das coisas que eu iria falar
534 já foram comentadas pelo senhor, pelo Kleber, mas fica até uma sugestão para
535 pareceres posteriores, por exemplo, eu sei da importância da questão do
536 transporte hidroviário do nosso estado, até porque nossas hidrovias são super
537 utilizadas é um setor que a gente precisa alavancar. Agora eu quero dizer o
538 seguinte, como o senhor mesmo falou, o parecer está muito centrado na
539 questão da saúde, se eu tivesse que me pautar pelo parecer, eu sei da
540 importância do empreendimento todo histórico que ele tem por trás, mas eu
541 não me sentira motivada a provar porque eu não tenho nenhum dado de
542 indicador econômico social é oriental do empreendimento. Aquilo que o
543 empreendimento vai investir, de emprego que vai gerar o que é que ele vai
544 propiciar - quer dizer – são coisas que eu acho que tem que fica registrado
545 porque muito embora a gente participe aqui das preliminares onde há a
546 exposição dos empreendimentos, mas para o setor público vale o que está
547 escrito não é o que se fala, então seria bom que até a gente colocasse assim
548 um tipo de padrão nos pareceres que tivesse informações mínimas do
549 empreendimento para a gente também se posicionar. E a minha preocupação é
550 pelo seguinte, porque a gente sabe que vão ser implantados em torno daquela
551 extensão, são dez terminais que estavam previstos e com o escoamento em
552 torno da soja que vai sair dali e que certamente vai propiciar muitos impactos,
553 mas impactos positivos e negativos. Os Positivos a gente tem que aperfeiçoá-
554 los e os negativos a gente tem que mitigá-los. Então a minha preocupação foi
555 perguntar a ela sobre o tal plano de desenvolvimento integrado naquela área
556 porque não se pode ficar em cada empreendimento, quando eu leio aqui eu
557 realmente me assusto apesar de dizer que é responsabilidade do Estado e o
558 que é responsabilidade pública. Tem coisas que a empresa que determina, é
559 determinístico as partes que ela tem que cumprir. Um plano de impacto
560 ambiental e empreendimento é obrigação dela, ela tem que aproveitar. As
561 questões dos impactos sociais econômicos que vão ser gerados eles não são
562 determinantes, são facultativos, poderá ou não fazer uma extensão que está
563 colocada aqui. Quando se diz assim: "dar cobertura, buscar cobertura completa
564 da rede de atenção primária", quer dizer, isso é investimento que nem o Estado
565 às vezes Federal, Estadual e Municipal começam a dar conta, a gente às vezes
566 coloca coisa que sabe que muitas vezes na prática não poderá ser cumprido,
567 pelo menos nessa extensão que está pautada aqui, logicamente que a
568 empresa tem responsabilidade e tem que incorporar as condições mitigadoras,
569 mas isso tem que ser feita de uma forma sistêmica, abrangente e integrada,
570 quer dizer, têm que haver com todos os empreendimentos que estão
571 programados para aquela região, quais são os impactos que elas vão gerar

572 naquela região, que é para levar daí e para poder que tanto o poder público
573 possa se antecipar e cobrar de forma coerente e mais qualificada também com
574 o setor privado que também tem essa responsabilidade. Então diante disso que
575 eu acho que tem já essa preocupação de plano de desenvolvimento da área,
576 tem já da Associação que você tem que ver os impactos num todo e não no
577 individual, é essa a pergunta. **Dr. Colares:** Tem razão. É só para situar essa
578 questão norteadora acabou, está sendo delineada agora do plano diretor da
579 área de impacto direto que envolve Miritituba e o Município, eu acho que com
580 esse plano diretor e o alinhamento entre as necessidades preventivas que
581 precisam, porque não é só o empreendimento que chega lá, tem uma coisa
582 muito importante, esses empreendimentos eles vão trazer um nível de pressão
583 de demanda que o Estado nem o Município não estão preparados para dar
584 resposta e que coloca em risco o próprio funcionamento do empreendimento,
585 nós não temos um bombeiro lá, só para ter uma ideia nós não podemos de
586 pronto dar resposta a isso. Evidente que na área de abrangência, isso você
587 chamou a atenção com relação a um plano de integração regional. Há uma
588 discussão que já foi posta aqui de que a FIEPA junto com a SEICOM vem
589 contratando e pediu o apoio inclusive da associação em articular o chamado
590 EMBIO é aquela entidade que está preparando a concepção de um plano
591 integrado de território, porque os dez empreendimentos e o impacto direto lá
592 em Miritituba, mas com uma abrangência de impacto que alcance a fronteira da
593 BR 163 lá em “Moraes de Almeida” Evidentemente que a gente não pode
594 também nessa responsabilidade direta alcançar, até porque a BR 163 foi
595 asfaltada e foi aprovado o asfaltamento com a expectativa de dar suporte de
596 transporte de toda a soja do Mato Grosso e que já estava previstos programas
597 mitigadores com relação ao longo da BR 163 e que tem que ser cobrado
598 inclusive do IBAMA que foi quem licenciou. É essa discussão que a gente tem
599 que ter, por exemplo, com o Município lá de Trairão, com o Município de Novo
600 Progresso porque lá está previsto inclusive a duplicação da BR 163 quando
601 passar no meio urbano do Município. Cadê a duplicação? Como vai ficar os
602 terminais, os impactos dos terminais que serão implantados e os terminais
603 intermediários, dos comboios, dos transportes? Então essas coisas têm que
604 ver, mas hoje com relação a essa preocupação, o plano norteador a gente
605 precisa ter e a gente vai ter que definir o alcance. Não é transferir a
606 responsabilidade toda para o empreendedor, e tanto está previsto aí que os
607 projetos estruturantes de a atenção social o Estado está investindo. E é essa
608 questão que a gente precisa ter, o que a gente precisa é a atenção porque na
609 medida em que o empreendedor está implantando o empreendimento lá, a
610 preocupação não é só com o tratamento da mão de obra do empreendimento
611 que é noventa, oitenta trabalhadores, ou a preocupação com relação do
612 controle do filtro de ar a cada empreendimento, é o conjunto que a gente
613 precisa ter, e aí o Município que não tem três mil ligações de água para uma
614 população de cem mil, não tem como suportar e dar resposta para aquela três
615 mil e poucas pessoas que estão lá em Miritituba e dizer assim: “Olha nós

616 vamos ter casa, vai ter isso, aquilo outro”, não tem. **Sr. Carrera:** Bom dia a
617 todos. O nosso representante no COEMA que é o Wellington, ele fez visita
618 juntamente com a equipe na região que conhece melhor e nós dialogamos um
619 pouco e conversamos em torno dessa questão dos considerando do parecer
620 que está bem estruturando e temos comentários a fazer em relação aos
621 indicadores que não aparecem de forma clara, mas em linhas gerais é acusado
622 um intenso fluxo migratório, é acusado precários indicadores econômicos e é
623 acusado indicador do saneamento básico também muito precário, ou seja, uma
624 região que já tem quase todos indicadores, caracterizado de forma precária,
625 com o aumento desse fluxo migratório, um dos problemas que se apresenta
626 sempre é a questão habitacional e geralmente esse problema se transforma
627 em vez de um problema social, em um problema de polícia. São pessoas que
628 são induzidas, mobilizadas para se deslocar de cantos distintos e distantes
629 para uma possibilidade de emprego, uma melhoria de vida, mas chegando lá
630 infelizmente se deparam com uma realidade bastante diferente do que é
631 prometido. E isso leva a ocupação, a mobilidade do povo na cidade, a
632 ocupação de terras, de terrenos, inclusive porque há uma valorização dos
633 imóveis, há uma especulação imobiliária. Então preocupados com essa
634 questão nós estávamos conversando que seria dentro dessa vertente social
635 que o Secretário está colocando, incluir essa relação do poder público e
636 privado no quesito da política habitacional, já que o Governo Federal tem
637 políticas, tem recursos como o programa minha casa minha vida, as empresas
638 privadas têm interesse nisso, o poder municipal, inclusive tem a competência
639 de cadastrar e às vezes de adquirir o terreno e o Governo do Estado por outro
640 lado tem também uma COHAB, que precisa assumir esse papel. Então para
641 que a gente não tenha a transformação de um problema social em problema
642 policial, é imprescindível Secretário, que se coloque nessa sua vertente social
643 dentro do parecer da comissão, essa questão do atendimento às necessidades
644 habitacionais da população. **Dr. Colares:** Eu só queria para esclarecimento é
645 que a Lúcia acabou de me esclarecer e eu não me lembrei de fazer isso. Não
646 se trata não se está negando aqui todas as preocupações com relação à
647 necessidade de se considerar os efeitos da sócioeconomia e das
648 considerações em relação à saúde, educação, habitação etc. A Câmara
649 Técnica aprovou e acrescentaram esses itens, isso é um acréscimo, é uma
650 preocupação, até mesmo um viés porque o Amiraldo que é da área de saúde
651 ele tratou de segurar o dele, mas na verdade têm uns programas. **Dra. Lucia**
652 **Porpino:** Talvez até por não ter acesso ao Parecer Técnico, não sei se o Milton
653 encaminhou o parecer técnico para todos os conselheiros. Então dentro do
654 parecer logicamente é contemplado todos os programas decorrentes do estudo
655 de impacto ambiental, não é isso? E tem uns programas justamente para
656 minimizar os impactos decorrentes do empreendimento, onde é contemplado
657 inclusive de educação, de saúde, de todos os meios, seja físico, biótico e
658 socioeconômico. Todos os programas estão contemplados aqui e que são
659 como condicionantes da própria licença. Agora logicamente em outro ponto de

660 vista do conselheiro e da Câmara Técnica colocou. Na minha compreensão é
661 mais uma complementação, dá ênfase na questão de saúde e outros assuntos
662 aqui abordados, para não ficar essa compreensão de que só foi destacada a
663 saúde, não, ele está como ênfase, mas sim fortalecendo mais a questão. **Dr.**
664 **Moura:** Eu queria acrescentar mais o seguinte, que nós só colocamos uma
665 sugestão complementar a todos os programas que seria o programa de
666 controle de DST e da prostituição, foi o único programa novo que nós
667 sugerimos que colocasse, o resto todo foi uma ênfase em cima, porque o que
668 nós sentimos não é o fato dos projetos, e um tecnicismo muito grande e um
669 experimento dos programas fundamentais dentro do nosso desvio profissional
670 da Câmara Técnica na saúde, na educação e na segurança, porque a parte
671 técnica, aí fica os bióticos, o físico, esta tudo bem definido dentro do EIA/RIMA
672 como essa parte de saúde também está. Nós só queremos com essa pontinha
673 do “iceberg” mostrar que é fundamental o monitoramento desses programas
674 que estão todos no EIA/RIMA e que precisam ser monitorados com muito
675 cuidado. **Dra Lucia Porpino:** Inclusive ser analisados na própria fase de início
676 de instalação, ver os detalhes. **Dr. Moura:** Nós em nenhum lugar colocamos
677 isso aí, que seria contra o pensamento da FIEPA, de isso ser responsabilidade
678 do empreendimento, e sim de uma ação conjunta, empreendimento, Prefeitura
679 e Município. **Dra Edna Corumbá:** É só a questão da DST, ela não tem um
680 programa específico, mas as ações para o controle, eles estão dentro de outro
681 programa, como a Socióloga não está aqui, não pôde comparecer, o Felipe
682 talvez esclareça em que programa está porque eu estou sem o parecer aqui.
683 **Dr. Amiraldo:** Bom dia sou o Amiraldo da Secretaria Estadual de Saúde, o
684 Doutor Moura já falou alguma coisa, mas eu não posso deixar de registrar. Foi
685 citado aqui que não estão elencados indicadores socioeconômicos, não está
686 descritas, não está detalhada, o nosso parecer não tem detalhes que
687 pudessem estar esclarecendo o conselho. Acho assim que no momento que
688 nós citamos aqui que esse parecer ele está respaldado pelos pareceres
689 técnicos e jurídicos emitidos pelas equipes da SEMA, a gente parte do
690 pressuposto de que os conselheiros conhecem em detalhes esses pareceres
691 que são realmente bem detalhados e descreve, eles resumem e analisam o
692 EIA/RIMA. Então a gente parte desse pressuposto. Por isso que no nosso
693 parecer ele é um comentário, ele é um reforço, ele dá ênfase a umas questões
694 conforme a gente colocou aqui. O outro aspecto é sobre a questão das
695 proposições que nós colocamos no “caput” antes dessas proposições de que
696 tudo tem que ser articulado, conforme já ficou bem definido com esse grupo de
697 trabalho das empresas, então isso é importante, tudo que está na seqüência
698 tem que ser de forma articulada. E outra questão que também é uma ênfase,
699 só para reforçar mesmo, é que os programas citados aqui, nós citamos e
700 demos ênfase à questão do acompanhamento, na prática esse programa deve
701 ser objeto de análises regulares, porque eles estão postos, mas eles têm que
702 ter um monitoramento que vá acontecer depois e citamos aqui inclusive
703 sistemas de informações na área de saúde, porque o maior impacto do final

704 das contas é saúde sim, se sabe que esses empreendimentos vão gerar
705 problemas principalmente de saúde lá no final das contas e aí a gente citou
706 aqui os sistemas de informações e com séries históricas que possam definir
707 refletir que aqueles aumentos ou mortalidades ou na mobilidade sejam devidos,
708 digamos, ao empreendimento e que a gente possa analisar juntos, está tudo
709 escrito aqui. Então assim é uma análise mesmo, para ser uma análise referente
710 a tudo que já foi escritos, os pareceres técnicos, jurídicos, o EIA/RIMA e a
711 gente resume tudo isso, agora eu acho interessante os acréscimos colocados
712 pelo Presidente, pelo nosso Secretário. Eu acho que realmente abrange mais,
713 amarra de forma mais completa o processo não só referente à saúde pública.
714 **Dr. Manuel Imbiriba:** Bom dia a todos e a todas, Manuel Imbiriba
715 representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do
716 Pará. Com relação ao parecer que foi trabalhado com relação ao estudo com
717 relatório do impacto ambiental, nós também reforçamos essa questão aí das
718 recomendações dos condicionantes e queremos já recomendar e reforçar essa
719 questão da elaboração de um plano de desenvolvimento regional, não pode ser
720 só municipal, até porque nós entendemos que todos os Municípios da região
721 da margem do rio Tapajós, vão ser atingidas diretamente e indiretamente pelo
722 empreendimento e também os Municípios da margem da BR 163 que já foi até
723 colocado pelo Secretário. Eu acho que tem que fazer esse plano e tem que ver
724 qual é a contribuição da empresa, do Município do Governo Estadual, do
725 Governo Federal, porque naquela região, nós estamos hoje discutindo esse
726 empreendimento, mas amanhã vai vir outros que estão programados para
727 aquela região e aí esse plano já vai estar colocado, todo isso que já foi
728 colocado aqui e que eu até falava na reunião anterior da nossa preocupação
729 com relação ao ordenamento territorial, fundiário, ambiental, essa questão da
730 infraestrutura, a questão do transporte lá da região, transporte feito pelos rios e
731 essa questão também da migração, a migração lá para região também já ta
732 começando a poluir e nós sabemos que está acontecendo lá em Belo Monte,
733 em Altamira, porque não houve um planejamento com antecedência e nós não
734 queremos que aconteça isso naquela região aí é preciso fazer esse plano de
735 movimento regional e colocado na mesa, à sociedade civil, município, estado,
736 Governo Federal e os órgãos competentes juntamente com as empresas,
737 então essa é a nossa contribuição, obrigado. **Dr. Colares:** Amiraldo, eu vou dar
738 a palavra aqui para o Kleber porque ele tem um esclarecimento com relação a
739 isso. Esse ponto que tu colocas é muito importante. Cedo ou tarde vai ter que
740 ter essa discussão porque não são só os portos que vão estar lá. A
741 movimentação em torno das hidrelétricas já está acontecendo, isso vai vir, e o
742 que é importante do ponto de vista da atividade econômica local e que os
743 portos eles são âncora de uma cadeia de uma população que produz, é
744 logística, mas a possibilidade dele existir, ter um impacto reprodutivo na cadeia
745 de negócio local que tem a ver inclusive coma própria atividade de agricultura e
746 do agronegócio, e isso é muito importante. E temos que ver com ordenamento
747 territorial, com posicionamento econômico ecológico, a história de proteção das

748 unidades de proteção e os estabelecimentos dos nossos cadastros ambientais
749 rurais e a possibilidade de dinamização da economia agrícola local em termos
750 de empreendimentos de pequeno porte, porque é uma extratora, é uma
751 moedora de ração que vai permitir a criação de frangos, permitir a criação de
752 suínos, vai dinamizar a economia local, vai permitir a integração desse
753 agricultor com a agricultura local porque hoje você não tem ração para produzir
754 peixe, frango ou qualquer outra atividade e muito menos acesso ao calcário
755 dolomítico lá e essa questão tem que estar associada ao preparo da estrutura
756 institucional, tanto que nós estamos considerando sempre o apoio não só nos
757 empreendedores de portos, mas inclusive da mineração porque é outro
758 negócio do ouro da região com relação à estrutura municipal de gestão
759 ambiental, com relação a ordenamento ambiental local e aí envolve Novo
760 Progresso, Trairão, Itaituba, “Aveiro” Jacareacanga, no mínimo essa
761 abrangência. Mas a respeito do planejamento geral que a gente vai ter que
762 chegar lá, não só em relação a esse projeto que tem de gestão integrada de
763 território, mas Kleber me da aquela informação que me repassasse. **Dr. Kleber**
764 **Menezes:** Era só pegar um gancho, a preocupação do Imbiriba é muito grande
765 com relação essa questão dos efeitos, mas era o que eu queria afirmar. Na
766 verdade esses terminais portuários que estão surgindo ao longo do distrito
767 industrial de Miritituba que vão se estender por toda a calha do tapajós,
768 Ruropolis e tudo mais eles não são causas eles são efeitos, na verdade até
769 saber que esses efeitos iriam acontecer e esses efeitos, na verdade até saber
770 do que esses efeitos iriam acontecer, e esses efeitos iriam gerar novos efeitos
771 que são realmente as demandas setoriais localizadas é que o Governo Federal
772 em junho de dois mil e seis lançou talvez o maior plano o maior programa de
773 desenvolvimento sustentável do país, e esse programa tem o nome muito
774 pomposo eu até tive que pegar aqui na internet que não deu para decorar foi o
775 plano de desenvolvimento regional sustentável para área de influência da
776 rodovia BR 163, ele abrange setenta e nove Municípios os Estados do Mato
777 Grosso, Pará e a Amazonas, é um projeto que já tem dezenas de audiências
778 públicas, eu participei de duas, cansei não fui mais, mas trata de todos os
779 aspectos relacionados com a questão da antecipação das medidas para evitar
780 os efeitos para mitigar os problemas desses efeitos, o fruto do surto de
781 desenvolvimento que iria a correr naquela região com a pavimentação da BR
782 163. Na verdade o grande problema é se o projeto era tão grande ele deveria
783 esta concluída em 2012, e ainda não esta totalmente concluída, e ele é tão
784 grande quanto inequívoco, porque ele é multi, pluri ministerial, ou seja, você
785 tem dezenas de gestores e muito pouco executores, esse talvez seja o grande
786 problema do Brasil, existe um macro plano que esta sendo capitaneado pelo
787 Governo Federal e tem ações extremamente abrangentes, tanto é que você ver
788 eles já estão vendo o reflexo da BR 163 do Amazonas que jamais passou pela
789 minha cabeça que um dia pudesse sofrer, mas sofre sim, só o fluxo de cargas
790 que hoje ocorre em Manaus que hoje metade e pela via cabotagem e a outra
791 metade vai pela navegação no interior focado em Porto velho e em Belém, com

792 o advento da pavimentação da BR 163 esse cinqüenta por cento que são as
793 carga fluvial, ela vai ficar concentrada setenta oitenta por cento concentrada na
794 região de Santarém, então isso mostra que a preocupação dos nossos
795 gestores foi muito grande, então esse planejamento existe e nós não queremos
796 dizer , como não dissemos para o Secretário Davi quando nos apresentou o
797 IBIL que nós somos refratários a participar da elaboração de mais um plano
798 porque hoje o IBIL pretende fazer mais um plano, a gente gostaria de participar
799 da contribuição da execução desses planos , tem muita coisa sendo planejada ,
800 e muita pouca coisa sendo executada como políticas publicas nesse país, e eu
801 estou falando não como Presidente da ATAP , estou falando como Kleber
802 Menezes cidadão que já esta vivendo na atividade empresarial há muito anos,
803 a gente da como exemplo o que aconteceu em Barcarena, eu convido o
804 COEMA a visitar o projeto TERFRON em Barcarena, foi o projeto que nós
805 implantamos licenciados por essa SEMA, nós temos orgulho de termos
806 participados do empreendimento muito pequeno para a dimensão no que é
807 feito em Barcarena, mas os resultados , reflexos e as medidas executadas no
808 sentido de mitigar e de compensar e de potencializar os bons efeitos eles
809 estão lá sendo aos olhos vistos para toda a comunidade, formação de mão de
810 obra, ajudamos na questão da segurança pública, saúde pública, mas em fim o
811 que nós estamos nos propondo, não nesse plano regional, mas no plano
812 localizado porque nossos empreendimentos vão estar situados em Miritituba
813 nós queremos contribuir com a nossa tapiti, nós queremos dizer para a
814 elaboração de mais um plano regional nós queremos ser ferramenta de
815 execução não ferramenta de gestão e estamos dispostos a contribuir como
816 sempre tivemos, desculpa mais uma vez a demora , eu não consigo ser
817 objetivo. **Dr. Colares:** Por favor, Leal! **Dr. Leal:** Eu sou cidadão de Itaituba, e
818 como tal interesse eu ter publicado em relação às outras pessoas, e gostaria
819 inicialmente Presidente de me aliar as suas palavras com relação a sua
820 intervenção na questão do parecer Técnico da Câmara, como também
821 concordar em grande parte com a nossa conselheira Eliana Zacca, e sugerir
822 que eu também tinha já abordado esse assunto, que a gente precisava não
823 repetir porque o Parecer Técnico e Jurídico da SEMA, obviamente fazem com
824 mais detalhe e com muito mais condição, mas pelo menos reproduzir no item
825 de dez, quinze linhas esses dados essenciais porque o seu parecer quando eu
826 digo o seu da Câmara ele vai ficar sendo daqui para frente analisar muitas
827 vezes, observados isoladamente , então ele precisa ter uma riqueza maior de
828 formação sem precisar reproduzir textos ou parágrafos do parecer que a SEMA
829 emiti. Com relação ao que o Kleber se manifestou, eu gostaria Kleber que eu
830 tive mais coragem e participei de mais audiências que você, participei
831 basicamente de todas as audiências feitas no Estado do Pará, não fui ao
832 Amazonas, obviamente, mas participei e como relutante daquilo alem do
833 grande projeto que eu concordo com você que não vai ser operacional , mas
834 ficaram condicionantes inclusive Secretário , e agora Secretário e não
835 Presidente é a questão do hospital regional de Itaituba ele foi colocado lá como

836 condicionante para se aprovar aquelas unidades a condição desse hospital e
837 de outras várias vantagens que o Estado do Pará teria que ser
838 beneficiado, lamentavelmente nem se faz nem se cobra como a administração
839 política nossa é realmente muito abaixo daquilo que a gente precisa, então eu
840 gostaria também e nesse caso específico do nosso ponto da Hidrovias, e dizer
841 que é complicado você analisar isoladamente um porto porque ele faz parte de
842 um conjunto que parece que são dez. **Dr. Kleber Menezes:** Não, por enquanto
843 nós temos quatro licenciamentos, poderão ser bem mais do que isso. **Dr. Leal:**
844 Uma expectativa de muito mais do que dez novos portos, porque realmente o
845 conjunto desses impactos precisam ser analisados, e eu não sabia que já
846 estavam sendo contratado esse trabalho de gestão lá, mas ele é imperioso e
847 nós estamos muito atrasados, as coisas já estão acontecendo e nós
848 continuamos a discutir, tem um plano disso daquilo. Moura, e nós temos
849 conversado sobre isso lá na SEICOM, que nós vamos chegar à implantação
850 das hidrelétricas, nas inaugurações dos portos, na inauguração dos projetos
851 minerais sem ter operacionalizado praticamente nada, se nós continuarmos
852 apáticos, omissos e atrasados como nós estamos em termo de políticas de
853 estado, nós temos brigado em nível de Municípios, e eu chamo atenção ao
854 Presidente eu sei que ele está ouvindo embora esteja escrevendo, que está
855 sendo criado lá em Itaituba foi criado agora o conselho de todas as entidades
856 que representam a sociedade naquela região para discutir objetivamente a
857 questão das hidrelétricas, mas que fatalmente irão participar das discussões
858 dos portos, da questão mineral, garimpeira, que nós estamos vivendo uma
859 situação muito difícil e delicada na região também, e por fim Secretário sem me
860 apressar que eu ouvir serenamente todos antes de me manifestar, mas eu
861 gostaria de chamar a atenção novamente para as responsabilidades técnicas,
862 eu passei a última e os últimos dez dias entrando em contato com diálogos
863 várias vezes com Lavorato para a gente corrigir algumas questões que
864 precisavam ser corrigidas com relação às ARTS, embora todos os técnicos
865 tivessem apresentado a ele a ART, mas todas as ARTS tinham sido emitidas
866 fora do estado, fora da atuação do CREA-PARÁ e a Legislação Federal e muito
867 clara e a resolução não altera o “cover” não altera a Legislação que quando se
868 atua dentro do estado e no caso de pesquisas dentro das regiões afetadas o
869 profissional tem que estar com visto, e a ART tem que ser emitida dentro do
870 conselho aonde está acontecendo o projeto que está sendo pesquisado, essas
871 questões foram equacionadas ao interesse demonstrado pelo Lavorato e de
872 certa forma pelo interesse também do CREA-PARÁ em nome desse
873 conselheiro que está querendo colaborar em que as coisas aconteçam dentro
874 da regularidade e da legalidade exigida por leis Federais e não por interesse só
875 do CREA, é a missão do CREA que precisa ser cumprida baseada na
876 legislação que já existe há mais de quarenta anos ou cinquenta anos e que
877 não foram modificadas, então por fim eu gostaria Secretário de solicitar
878 realmente que a gente procurasse agilizar essas questões que o Kleber
879 colocou, eu me lembro desse momento em que foi solicitado o apoio da

880 bancada política do Estado e a gente percebe, recentemente teve uma reunião
881 em Brasília acho que ontem ou anteontem e a questão era mineral Secretário e
882 dos nossos dezessetes Deputados somente um Deputado do Pará e dez de
883 Minas Gerais tiveram presentes e se manifestaram com a questão do marco
884 regulatório do setor mineral que é outro problema seriíssimo para o Estado do
885 Pará que a gente esta assistindo de camarote, então eu gostaria de reforçar
886 essas questões de dizer ao senhor que a gente continua a sua disposição , que
887 mais do que nunca eu vejo que o CREA e a SEMA se aproximem muito mais ,
888 é preciso que a gente corrija essas questões básicas elementares que são as
889 de responsabilidade técnica , e a gente só vai dar valor no dia em que tivermos
890 que lamentar, muito obrigado! **Dr. Colares:** Felipe. **Sr. Felipe Lavorato:** Vou
891 ser bem breve e conciso Secretário até porque o Kleber falou muito bem,
892 quase tudo que eu gostaria de dizer sobre os planos integrados e planos
893 diretor, apenas esclarecer os estudos de impacto ambiental cada um
894 desenvolvido para esses empreendimentos que vem sido desenvolvido e
895 projetados lá para a região tem cumprido seu papel na avaliação dos impactos
896 também na cumulatividade sinergia desses, ou seja, considerando a integração
897 desses projetos na medida em que nós conhecemos alguns ainda são
898 desconhecidos e propondo as suas respectivas medidas mitigadoras e
899 programas ambientais todos eles detalhados no EIA e aprovados pelo parecer
900 da SEMA dentre os quais cabe destacar as ações específicas para a mitigação
901 dos impactos socioambientais , no qual nós temos um programa ambiental de
902 articulação institucional e responsabilidade socioambiental que visa
903 exatamente fazer essa interlocução entre as empresas, associação, poder
904 publico no sentido de mitigar as pressões desses empreendimentos na região
905 sejam elas na área de saúde, educação, saneamento e segurança publica e
906 dentro desse programa como a Edna puxou ali existe uma ação especifica
907 voltada a mitigação dos problemas relacionados as doenças sexualmente
908 transmissíveis, então esse programa adicional composto na verdade ele é um
909 subprograma dessa ação já existente dentro do EIA , então para não ser
910 redundante eu acho que todo os outros itens já estão bem contemplados e
911 discutidos. **Dr. Colares:** A respeito dessa observação que tu fizestes já foi
912 motivo de discussão nossa, o porquê a gente fazer referencia a essa
913 responsabilidade publica privada e ai ancorada no papel da associação, nós
914 estamos puxando para cá e evidentemente que o programa é o programa
915 comum, que nós temos que esta dentro e hoje vai ser um programa integrado
916 por conta da gestão integrada ambiental de todos os portos, que sempre fique
917 programa institucional de apoio social ou de mitigação socioeconômica, então
918 como a coisa estava muito geral, e na hora como vai ter isso, o que de fato vai
919 à participação do privado e do publico nisso, por isso que nós optamos de
920 explicitar sempre a todos os empreendimentos dos portos que estarão
921 obrigados a participar do programa conjunto de parceria publico privados
922 parcerias Estado/Município e o empreendedor com relação a aqueles
923 programas específicos que são âncoras para prevenção diante do impacto

924 atrativo que vem do empreendimento, por isso que eu chamo atenção e chamei
925 atenção e solicitei aos senhores que aprovasse a alteração do parecer
926 incluindo o destaque desse plano de investimento social, infraestrutural de
927 serviços básicos para a gente sistematizar e catalisar para cá essa discussão
928 com os empreendedores. Bom tendo em vista já a manifestações de todos, nós
929 colocamos o parecer da Câmara Técnica para apreciação e incluindo a
930 alteração proposto pela presidência eu lerei aqui a alteração proposta, eu vou
931 reler a alteração proposta que ela vai esta exatamente na folha dois do parecer
932 no ultimo parágrafo, no primeiro parágrafo depois do condicionante que diz
933 assim: vimos sugerir as seguintes recomendações como forma de prevenir e
934 preparar o sistema de saúde, a proposição é a seguinte vou ler para os
935 senhores: vimos sugerir as seguintes recomendações como forma de prevenir
936 ou preparar o sistema de infraestrutura social e de segurança publica para
937 atendimento efetivo frente aos agravos prevalente na região de forma cordada
938 entre empreendedor, Estado e Município integrando o planejamento e a
939 parceria de investimento propostos para região, também no item que
940 estabelece a complementação de condicionante onde esta escrito “promover
941 conforme o diagnostico realizado se necessário ampliação e reforma”, não
942 esses permaneces, o que foi sugerido para complementação da área da saúde,
943 e ai a gente inclui o seguinte condicionante, vamos repetir esse condicionante a
944 todos os empreendimentos que ficarem submetidos aqui ao COEMA: integrar o
945 programa de investimento sociais e infraestruturais publico privado a ser
946 executado em parceria com Estado, Município e Associação dos Terminais
947 Portuários de uso privativo e as Estações de Transbordo de Cargas e Hidrovias
948 do Tapajós (ATAP), visando atender preventivamente o incremento de
949 demanda de infraestrutura e política publica decorrente do impacto atrativo da
950 implantação dos empreendimentos portuários do Município, tendo como
951 prioridade dentre outras, plano diretor de ocupação da área de impacto direto
952 dos empreendimentos abrangendo a localidade de Miritituba e da sede
953 municipal de Itaituba, que é um contrato já feito, programa de organização e
954 recepção do fluxo imigratório para o município ,programa diversificado de
955 treinamento e formação de mão de obra tendo em vista a cadeia de negocio
956 decorrente dos empreendimentos portuários em Miritituba, programa de
957 dinamização de fornecedores locais e programa de implantação de
958 infraestrutura e de serviços sociais básicos, que ai a gente vai fechar os
959 programas, nesse programa toda as atividades e os empreendimentos que
960 deve decorrer,é essa minha sugestão e submeto a apreciação.**Dra. Eliana**
961 **Zacca:** Abastecimento alimentar, pois você vai ter um fluxo imigratório muito
962 grande, como esta acontecendo com Belo Monte quando chega essa
963 população, dinamização da produção agrícola,da produção da pecuária local
964 **Dr. Colares:** Dinamização da economia local para abastecimento, é isso?**Dra.**
965 **Eliana Zacca:** Da produção agropecuária para abastecimento. **Sr. Felipe**
966 **Lavorato:** Eu só queria frisar rapidamente Secretário, que mesmo esses
967 empreendimentos em seu conjunto geram uma demanda muito inferior a Belo

968 Monte, como o exemplo citado, então a gente realmente não ver no conjunto
969 um problema eminente nesse sentido de abastecimento, mas existe já dentro
970 do contexto do EIA e dentro do PCA integrado proposto um programa que
971 chama ações de aquisições de bem e insumos do Município, que diz
972 exatamente dinamização de economia e integração dos fornecedores no
973 contexto dos empreendimentos, então isso já é um item contemplado no nosso
974 PCA. **Dr. Kleber Menezes:** Nós já temos uma ação efetiva com a produção
975 piscicultura, na verdade não é piscicultura, seria a pesca, pesca artesanal já
976 que eles têm uma demanda de que eles têm um atravessador e eles querem
977 que tenha um imposto de gelo. **Sr. Felipe Lavorato:** O convênio com a colônia.
978 **Sr. Kleber Menezes:** O convênio com a colônia e com a Secretaria de pesca.
979 **Dra. Eliana Zacca:** Quando eu falei o esforço dentro uma articulação
980 publica/privada dentro do programa do Município. **Dr. Kleber Menezes:** A
981 gente pode contemplar no plano diretor. **Dr. Moura:** Só um problema de
982 cronologia, se nós fizermos com a data de hoje, na data de hoje já existe a
983 associação? Porque se eu fizer uma citação da associação aqui poderia ter
984 uma discrepância. **Dr. Colares:** Já existe né Kleber, é porque eu tinha colocado
985 inicialmente da Associação dos Empreendedores e Portuários de Miritituba
986 sem citar os nomes. **Sr. Felipe Lavorato:** Se o senhor autorizar eu já passo o
987 estatuto nesse exato momento. **Dr. Kleber Menezes:** O estatuto esta
988 registrado na junta esta tudo direitinho, não saiu ainda com o cartão do NPJ
989 que esta saindo hoje. **Sr. Felipe Lavorato:** Mas o estatuto já esta registrado e
990 tudo. **Dr. Moura:** O que eu não quero é cumprir um “crime” cronológico. **Dr.**
991 **Colares:** Então fica um estudo também de dinamização local, tendo em vista
992 eu submeto a aprovação do parecer com essas respectivas alterações que eu
993 vou pedir para o Milton daqui a pouco anotar e encaminhar para os senhores
994 para verificar a redação. **Dr. Moura:** Seria uma aprovação condicionada?**Dr.**
995 **Colares:** Não é aprovação condicionada é para comunicar como ficou a
996 redação, é só aprovar a redação. Eu submeto a Associação do voto da Câmara
997 Técnica com as recomendações de alterações proposta pela Presidência e
998 cordada pelos senhores, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por
999 unanimidade, pessoal ainda tendo aprovado, eu quero fazer no que ocorrer
1000 colocar em pauta só para conhecimento dos senhores e para gente a
1001 mobilização nossa, eu já chamei atenção na última reunião nós aprovamos a
1002 resolução cento e sete para desobstruir todos aqueles pequenos
1003 empreendimentos, nós estamos com a obrigação ainda no período de colocar
1004 no sistema aquela declaração, volto a repetir isso não tira a competência do
1005 Município com relação a sua decisão ou não de apreciar o licenciamento
1006 ambiental daquelas atividades que nos propomos aqui, mas tem uma situação
1007 que hoje se tornou grave e peço atenção de todo os membros, a gente tem que
1008 rever a resolução setenta e nove que determina a tipologia, não só a tipologia,
1009 mas atividade de impacto local para atender a abrangência de competência do
1010 Município quando habilitado para a gestão ambiental descentralizada, eu estou
1011 aqui inclusive com o pedido de Parauapebas que eles solicitam informações

1012 acerca das discussões em âmbito estadual a que se refere à tipologia de
1013 impacto local ambiental, nós temos uma coisa hoje grave, e eu fui saber agora
1014 que até o município de Belém estabelece aquilo que é de impacto local para
1015 efeito de gestão não tem limite, simplesmente a resolução não tem limite,
1016 relaciona as atividades e define os portes do empreendimento, mas não dar
1017 limite à competência ambiental, então esse é um ponto. Em segundo lugar o
1018 que é muito importante que nós tenhamos também clareza, muito do que hoje
1019 esta estabelecida tanto pela lei setenta e três oitenta e nove, quanto pela
1020 resolução setenta e nove estabelece como impacto local é absolutamente
1021 equivocado e irracional, nós não podemos estar lá na resolução setenta e nove
1022 limitar a competência de um Município como Belém que tem um milhão e
1023 quatrocentos mil habitantes de ter autonomia de licenciar apenas dois hectares
1024 de loteamento, isso é irracional, ou de licenciar um hectare de conjunto
1025 habitacional multifamiliar, também é irracional e outros exemplos como licenciar
1026 posto de gasolina até noventa metros cúbicos, o que acontece é que todo esse
1027 problema vem rebater na SEMA ,hoje se o Município que já tem hoje uma
1028 resolução municipal e que hoje pela lei complementar a resolução tem que ser
1029 Estadual e não do Município,só que essa resolução foi antes da lei
1030 complementar o Município vem licenciando , e se a SEMA hoje interfere no
1031 município vai ter um colapso generalizado, ou mechemos alteramos a
1032 resolução setenta e nove ou nós vamos tornar um colapso aqui, nós temos
1033 empreendimentos em Altamira que nós vamos hoje recomendar ao Ministério
1034 Público, vamos recomendar a Prefeitura Municipal todos ilegais no ponto de
1035 vista de competência ,são empreendimentos de loteamentos de seiscentos
1036 hectares, quatrocentos hectares e que o Município vem fazendo como
1037 aconteceu em Santarém, como tem em Parauapebas, Tucuruí , em Castanhal ,
1038 em tudo que é canto tem conjuntos habitacionais Minha casa Minha vida e
1039 loteamento, se a gente parar tudo isso a gente inviabiliza um programa social ,
1040 inviabiliza ,porque a SEMA não tem como responder a tudo isso, e por outro
1041 lado esses empreendimentos estão legais porque na nossa resolução o
1042 Município só teria limite de cem hectares , de um hectare de dois hectares de
1043 loteamento ,até abatedouros frigoríficos de cem cabeças, ou a gente
1044 descentraliza de fato com responsabilidade , a minha proposição e submeter
1045 ao COEMA uma revisão da setenta e nove em que a gente estabeleça, amplie
1046 aquilo que é de impacto local, mas estabeleça um limite na capacidade da
1047 estruturação técnica do Município e no termo de referência definido pela
1048 Secretaria Estadual, ou seja, o Município pode atender fazer licenciamento de
1049 um loteamento, por exemplo, até cem hectares desde que tenha estrutura
1050 técnica para fazer isso e desde que obedeça ao termo de referência, ou um
1051 abatedouro frigorífico de quinhentas cabeças, ou um posto de gasolina de
1052 cento e cinqüenta ou duzentos metros, mas desde que tenha estrutura de
1053 engenharia ambiental, químico e obedeça ao termo de referência que a gente
1054 pode até submeter aqui ao COEMA, mas do jeito que esta isso é um caos, eu
1055 tenho aqui da Prefeitura de Parauapebas aonde esta cheio de loteamento lá,

1056 Altamira são doze loteamentos acima de cento e cinquenta hectares vai parar
1057 tudo se for apertar, e ai como que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado
1058 com dez técnicos na área de infraestrutura vai dar conta de porto, condomínio,
1059 conjunto habitacional, estrada, energia, linha de transmissão, hidrelétrica, não
1060 tem como. Na próxima reunião que nós tivermos nós vamos submeter aos
1061 senhores, a gente apresenta aos senhores essa proposta de mudança e a
1062 gente cria uma comissão para discutir tal como fizemos na resolução, criamos
1063 uma comissão para discutirmos em tempo hábil o mais rápido possível essa
1064 preocupação, eu falo isso porque pode ser mais fácil porque já houve essa
1065 discussão aqui em dois mil e nove ou dois mil e dez da resolução setenta e
1066 nove, já temos todas as atividades que relacionamos passíveis de um
1067 Município trabalhar, é só a gente verificar o porte e os condicionantes para dar
1068 ao Município o aumento desse porte, Carrera, por favor! **Sr. Carrera:** Queria só
1069 uma complementação que esta vinculada a isso Secretário, também revisão
1070 das condicionantes da 089, porque com o advento da lei complementar 140 o
1071 Município que faz o licenciamento ele necessariamente é o que deve fazer a
1072 fiscalização ,portanto hoje na 089 esta como condicionante ,então não pode o
1073 Município licenciar se é dar competência dele fiscalizar aquilo que ele licencia
1074 ficar sem um corpo de funcionários esta é uma coisa , a outra e eu falo
1075 enquanto técnico representante dos técnicos do setor que trabalham com a
1076 questão da descentralização e da desconcentração que a equipe técnica
1077 possa ser ouvida pela comissão a ficar responsável para que possa municiar o
1078 máximo possível uma resolução melhorada com um olhar do técnico também
1079 complementando a contribuição , a formulação da comissão que vai fazer isso.
1080 **Dr. Colares:** Sem dúvida nenhuma pode até integrar essa discussão, Milton
1081 nós não temos mais, eu só quero firmar para vocês que eu não me esqueci das
1082 condições de trabalho nossa com relação ao COEMA é nossa preocupação,
1083 nós temos eu acho que até o final do mês, hoje a gente completar a
1084 estruturação do novo prédio da SEMA e a gente vai tirar daqui a DILAP e a
1085 DGFLOR passar para lá, em primeiro lugar a porque dependendo ai do inicio
1086 da safra mudar a DGFLOR para lá pode criar algum embaraço, mas a idéia
1087 nossa é passar para lá e puder fazer a reforma nesse prédio aqui, a reforma e
1088 inclui a reforma e uma base de instalação não só da sala de reunião nossa,
1089 mas também da Secretaria Executiva , mas a expectativa nossa é fazer o
1090 nosso Centro de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará que vai
1091 envolver a Secretaria de Meio Ambiente e os três institutos seria lá no Utinga
1092 com biblioteca, restaurante e sala do COEMA lá no Utinga esse é o projeto da
1093 reestruturação da Secretaria do Meio Ambiente , mas enquanto isso não ocorre
1094 a nossa perspectiva é mudar a parte desse prédio e ajustar aqui para a gente
1095 ter melhores condições de atendimento aos senhores . **Dr. Leal:** Eu quero
1096 comentar que eu li na imprensa uma matéria sobre a REVITA sobre o
1097 cancelamento da sua licença previa, eu gostaria que a gente fosse esclarecido
1098 sobre essa questão, até porque já passou por aqui foi concedido. **Dr. Colares:**
1099 Fernanda, por favor, houve de fato uma liminar pedindo a suspensão do

1100 licenciamento por conta da área de segurança área do COMAR, mas isso para
1101 nós é uma manifestação, tem o que nós aprovamos de acordo com o parecer
1102 do COMAR. **Dr. Leal:** Ou seja, não foi cancelado? **Dra. Fernanda Sequeira:**
1103 Não esta suspensa, eu sou Fernanda da Procuradoria Geral do Estado esses
1104 processos esta sobre os meus cuidados tanto na esfera Estadual quanto na
1105 esfera Federal, a primeira ação civil publica juizada na justiça estadual nós
1106 conseguimos que fosse dado à liberação da área conforme as etapas do
1107 licenciamento, só que o motivo era distinto, alguém questionava a questão de
1108 engenharia a questão de portos e a questão de estudos, conseguimos rebater
1109 e conseguimos a revogação da liminar que foi concedida e foi dado o
1110 prosseguimento, na justiça federal os argumentos eles são distintos é
1111 basicamente sobre a questão da área de aeroporto eles querem uma
1112 autorização do COMAR, só que nós já temos um documento oficial do COMAR
1113 e nada interfere a questão do deslocamento porque na verdade ali vai ser
1114 processamento não vai ter aquele transporte que eles estão alegando, então
1115 não tem esse risco que eles dizem que vai ocorrer. **Dr. Colares:** Não é coleta
1116 de lixo, é tratamento de resíduos tratamentos e beneficiamento de resíduos.
1117 **Dra. Fernanda Sequeira:** Não tem essa coleta. **Dr. Leal:** Doutora, obrigado, e
1118 gostaria de falar com a senhora depois, por favor. Secretário eu trago também
1119 aqui uma mensagem dessas associações e especialmente essa que esta
1120 sendo criada em Itaituba que ela me pediu que se manifestasse a respeito da
1121 regional da SEMA na região, eles entendem que mesmo no seu discurso que é
1122 muito bom nesse ponto de descentralizar para os Municípios, ele entende que
1123 a questão que se coloca naquela região com o advento desses portos o
1124 advento das hidrelétricas e essas coisas todas que estão acontecendo, o
1125 Município vai demorar bastante tempo a ter uma estrutura que atenda essas
1126 demandas que ali estão se instalando, e eles pediram inclusive isso vai fazer
1127 parte de uma manifestação também na Assembleia na terça feira do Deputado
1128 Nélio ele vai se pronunciar a respeito disso , estou antecipando e lhe pedindo
1129 que olhe com carinho essa questão da regional de Itaituba , porque o senhor
1130 hoje é quase um cidadão daquela região e também já deve esta preocupado , e
1131 a outra questão que eu gostaria de saber , e eu acho que é importante aqui
1132 para o nosso conselho é em que pé estar o nosso Decreto da garimpagem do
1133 Tapajós , porque ontem eu lendo no blog e o senhor também já deve ter lido,
1134 eles já estão dizendo aquilo foi só falácia do Secretário que esteve aqui, então
1135 eu passo essa responsabilidade para o senhor . **Dr. Colares:** Com relação à
1136 Regional continua o compromisso com a implementação da regional porque é
1137 até pertinente só que eu não quero chegar lá com a regional sem ter a
1138 definição de concurso publico para a região, então esse concurso publico só
1139 vai ser efetivado com aprovação do projeto de lei reestruturação da SEMA , o
1140 projeto de lei já esta pronto, já esta na SEAD e na SEPOF , nós estamos
1141 programando para discutir essa semana com a SEAD e a SEPOF tendo essa
1142 discussão nós vamos submeter o projeto de lei a Assembléia aprovado na
1143 Assembleia nós fazemos concurso público , e o concurso público um dos focos

1144 é o concurso público para Itaituba , a nossa iniciativa de instalação é ter
1145 pessoal , não adianta a gente chegar lá e colocar temporário ai vem um político
1146 e coloca lá , ai vai ficar um caos como sempre, ai tem essa preocupação, a
1147 segunda relacionado a isso é que toda intervenção com o empreendimento que
1148 chegar lá em Itaituba nós estamos sempre condicionando a estrutura
1149 institucional da gestão ambiental local, nós vamos discutir aquele licenciamento
1150 de balsa que vai ficar condicionado no que nós formos licenciar de balsa o que
1151 nós formos vai ficar condicionado a contribuição da atividade com a
1152 estruturação municipal no programa de estruturação institucional das
1153 Secretarias Municipais dos Municípios de Itaituba, Trairão, Novo progresso e
1154 Jacareacanga, a ideia é trabalhar com apoio institucional, ou com relação aos
1155 portos, a mineração , a hidrelétrica , o que tiver de investimento e a mineração
1156 de grande porte , nós temos lá a BRASAURO, a AURABOLT, nós temos outro
1157 empreendimento que está lá e nós vamos exigir como condicionante a
1158 estruturação do Município para fazer sua gestão compartilhada , ou seja está
1159 preparada para isso não é admissível que a pessoa com uma balsa daquela
1160 pegue seis quilos de ouro por mês não banque o programa de estrutura
1161 municipal com relação a voadeira, veiculo, preparação de equipamentos para
1162 vistoria e fiscalização , então essa é uma estratégia. Com relação ao Decreto
1163 eu recebi hoje pela manhã uma informação do chefe de gabinete do
1164 Governador que ele assina hoje o decreto, e o Decreto tem três objetivos só
1165 para que os senhores tenham conhecimento também, tem três objetivos um:
1166 proibir todo o uso de máquinas de equipamentos no leito dos tributários direto e
1167 indireto do Tapajós. Tocantinsinho, crepori, creporizão, creporzinho, estão
1168 proibidos maquinas e equipamentos no leito e na margem desses tributários,
1169 nós não vamos com isso obstruir a vocação mineral do Município, até porque
1170 tem uma reserva garimpeira, o que nós vamos dizer no leito do rio não pode, a
1171 SEMA não vai dar licenciamento, chamo aos senhores que toda a área de
1172 garimpo do Tapajós e de gestão Federal, inclusive a própria APA e Federal, só
1173 que nós na APA temos competência para fazer licenciamento lá nós não
1174 vamos licenciar a não ser que seja na terra firme dentro das condições que a
1175 gente vai estabelecer na IN que já esta pronta na instituição normativa, o
1176 segundo objetivo é ordenar a atividade na terra firme como eu falei, nós vamos
1177 possibilitar a regulação de atividades de mineração na terra firme mediante as
1178 condições que a gente estabelecer e vai estabelecer na nossa IN, o terceiro é
1179 restringir, ordenar atividade de balsas no leito do rio Tapajós, então nós vamos
1180 restringir isso da seguinte forma, primeiro nós já fizemos um cadastro lá,
1181 fizemos um levantamento, hoje tem sessenta e nove balsas no Tapajós a partir
1182 de São Luis para cima, então foi feito esse cadastro só vai ficar lá
1183 imediatamente as balsas que estão licenciadas, e nós vamos suspender as
1184 atividades das dragas do Tapajós só vai ficar lá que já foi licenciado, nós temos
1185 aqui mais três, cinco balsas que estão licenciadas, e se já estão licenciadas
1186 não pode chegar lá e detonar, então essas vão ficar, serão suspensas e vamos
1187 possibilitar o licenciamento no limite de quarenta, provisoriamente que

1188 tínhamos acertado lá naquela data no limite de quarenta, por isso eu digo a
1189 balsa que foi licenciada ela vai ter que arcar inclusive com a estruturação dos
1190 Municípios para efeito de monitoramento e fiscalização, mas não significa que
1191 vai ficar quarenta balsa porque nós estamos contratando a UFOPA que a partir
1192 do Decreto ela vai fazer o estudo de impacto daquelas atividades para verificar
1193 o suporte do rio para efeito dessa atividade , afinal de conta o rio Tapajós
1194 suporta ou não suporta atividades de draga , e se suportar em que condições e
1195 que limite , é essa que vai ser a chave . Por enquanto gente nós não podemos
1196 chegar lá e detonar com a coisa porque nós temos que ter uma ação
1197 compartilhada um entendimento social tem que ser um pacto, tem um Decreto
1198 quero chamar atenção para vocês tem um Decreto desde mil novecentos e
1199 noventa e seis que estava proibido draga funcionamento nos leitos dos rios do
1200 Pará, isso nunca foi respeitado, então não posso chegar agora e dizer assim:
1201 para tudo no rio Tapajós, porque eu vou criar um confronto social muito grande
1202 porque se aquelas dragas estão lá, é que a sociedade local inclusive tem
1203 convivência, e a gente não pode negar que existe um bem local, existem
1204 Vereadores, Deputados, existe a Prefeitura e a gente tem que fazer uma coisa
1205 negociável e o Decreto vai ser ordenador vamos dar essa possibilidade agora
1206 as dragas no rio Tapajós elas terão que ser suspensas todas as atividades
1207 para o licenciamento e ai nós vamos limitar esse licenciamento decorrente do
1208 estudo da UFOPA e essa a estratégia que nós estamos compactuando e ai a
1209 gente informa aos senhores, tendo isso em vista eu agradeço a participação de
1210 todos e até a próxima reunião.